



ACÓRDÃO Nº720/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11547/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias - SPA Joventina Dias
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Elcinei de Lima Sampaio (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2677/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias - SPA Joventina Dias. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas da Sra. **Elcinei de Lima Sampaio**, Ordenadora de Despesas do SPA Joventina Dias, referente ao exercício de 2018, nos termos do artigo 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso II, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão da ausência de demonstração da vantagem na adesão à atas de registro de preços, em ofensa ao art. 8º, § 5º, inciso V, alíneas "a" e "b", do Decreto Estadual nº 34.162/2013, com redação dada pelo Decreto Estadual 38.768/2018, e pelo fracionamento de despesas, em ofensa ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal; artigo 24, inciso II, c/c artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei de Licitações c/c artigo 2º, inciso II, do Decreto nº 9.412/2018;
- 10.2. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 2.000,00** a Sra. **Elcinei de Lima Sampaio**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no artigo 54, inciso VII, da LOTCE/AM, em razão da ausência de demonstração da vantagem na adesão à atas de registro de preços, em ofensa ao art. 8º, §



ACÓRDÃO Nº720/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

5º, inciso V, alíneas “a” e “b”, do Decreto Estadual nº 34.162/2013, com redação dada pelo Decreto Estadual 38.768/2018, e pelo fracionamento de despesas, em ofensa ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal; artigo 24, inciso II, c/c artigo 23, inciso II, alínea “a”, da Lei de Licitações c/c artigo 2º, inciso II, do Decreto nº 9.412/2018.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Dar ciência a Sra. Elcinei de Lima Sampaio da presente decisão;

10.4. Dar ciência da presente decisão ao Ministério Público do Estado do Amazonas, encaminhando-lhe cópia da Proposta de Voto, para providências que entender cabíveis, especialmente no tocante às dispensas de licitações, nos termos do artigo 102, da Lei nº 8.666/93.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Julho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral